

A educação pode ter mais verbas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O novo substitutivo de Bernardo Cabral vai incluir a manutenção do ensino público gratuito e a elevação do percentual da aplicação do orçamento do governo federal em educação de 13 para 18%. Os estados e municípios permanecerão em 25%. Foi o que o próprio relator da Comissão de Sistematização garantiu ontem durante encontro com cerca de 60 sindicalistas, entre eles o presidente da CUT, Jair Meneghelli.

Cabral aceitou ainda a reivindicação de não mais condicionar a aposentadoria — 35 anos para os homens e 30 para as mulheres — à idade mínima de 53 e 48 anos. A questão da estabilidade no emprego continuará a ser negociada. O relator deve decidir hoje ou amanhã sobre a possibilidade de os sindicatos serem investidos da prerrogativa de representação judicial do empregado em defesa de direitos sistematicamente desrespeitados.

Jair Meneghelli insistiu na jornada de trabalho de 40 horas semanais, frisando que sua adoção reduziria as taxas de desemprego. Mesmo assim, ele não excluiu o prosseguimento das conversações para uma solução intermediária, possivelmente 42 ou 44 horas.

Em documento entregue a Bernardo Cabral, os sindicalistas destacam os pontos que consideram bloqueados na Constituinte. São eles: estabilidade, jornada de trabalho, irreversibilidade de salários e vencimentos, piso salarial, salário mínimo, correção automática de salários, salário noturno, diferença salarial, repouso semanal remunerado e feriados, horas extras, férias em dobro, trabalho insalubre, licença gestante, garantia de assistência, garantias ao trabalhador acidentado e trabalho doméstico gratuito.

SISTEMA

O Partido dos Trabalhadores, que tem 16 votos na Constituinte, deverá definir sua posição sobre o sistema de governo na reunião do diretório nacional, neste final de semana, em Brasília. No momento há pequena vantagem a favor do presidencialismo. O presidente do PT, Luís Inácio da Silva, ainda está indefinido. No partido, os mais notórios parlamentaristas são os deputados Plínio de Arruda Sampaio e Irma Passoni, de São Paulo, e Olívio Dutra, do Rio Grande do Sul. O que mais defende o presidencialismo, com eleições diretas em 1988, é o vice-líder José Genóino (SP). A posição inicial do PT era presidencialista, mas está sendo revista por insistência de Irma Passoni.

Dirigente da UDR justifica participação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Se todos os segmentos da sociedade estão procurando contribuir na elaboração da nova Constituição, porque é que a UDR não pode fazer o mesmo? Afinal, não estamos numa democracia? A pergunta foi feita ontem por Teldo Kasper, vice-presidente da regional da UDR em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, acrescentando que os subsídios que a entidade está oferecendo aos constituintes têm por objetivo aumentar gradativamente a produção rural, de forma a garantir o abastecimento interno de gêneros alimentícios.

Kasper explica que a UDR não tem finalidade político-partidária, nem pretende se transformar em partido político. "Essa posição não significa que não venhamos a apoiar candidatos que têm o mesmo pensamento que o nosso", afirmou. Segundo ele, é grande o potencial de crescimento da UDR porque tem sido procurada por grande número de produtores rurais interessados até mesmo na troca de idéias a respeito de técnicas agrícolas modernas.

Para Teldo Kasper, um dos pontos de atrito entre produtores e o governo refere-se à fixação dos preços mínimos dos produtos agrícolas, que por serem definidos sem levar em conta a evolução real dos custos de produção acabam desestimulando os agricultores e pecuaristas.



Ao lado de Sarney, o novo chefe do EMFA disse que militares não querem ser só espectadores

Leônidas, a força do argumento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"A um bom argumento não há quem resista", declarou ontem o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, ao revelar sua satisfação com a nova fórmula proposta na Constituinte para o papel constitucional das Forças Armadas. Em rápida entrevista, o ministro do Exército mostrou estar ciente da alteração feita por Bernardo Cabral ao seu substitutivo, mantendo as Forças Armadas responsáveis pela lei e ordem internas, subordinadas à autoridade do Executivo e não dos três Poderes, como anteriormente.

O general Leônidas Pires respondeu com um "sem comentários" à indagação sobre a natureza dessa "argumentação" e sua ligação com o discurso feito por ele na reunião ministerial de agosto, quando, a pretexto de uma discussão sobre o déficit público, criticou a atuação da Assembleia Nacional Constituinte e a preponderância de segmentos de esquerda na elaboração do texto do substitutivo.

Ontem, em entrevista no EMFA, onde participou da cerimônia de posse do novo ministro, Leônidas foi conciso, antecipando-se mesmo à divulgação do texto do novo antepro-

jeto do substitutivo. Ele disse que a nova fórmula está boa, atendendo não só aos interesses do Exército, mas também do Brasil. Questionado sobre a precisão da fórmula, o ministro corrigiu a repórter que aventou a possibilidade de se manter o texto polêmico, em que os militares só interviriam na segurança interna por iniciativa dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). E emendou: "Lá, agora está escrito: por iniciativa de um dos Poderes. De um deles apenas. Acho bom e, inclusive, acho educacional, porque algum dos Poderes, que nunca nos pediram para participar da manutenção da ordem, hoje estão até inspirados pelo texto constitucional".

O general Leônidas Pires Gonçalves enfatizou que a satisfação das Forças Armadas com a manutenção do texto antigo (de 1981 até 1969, com pequenas alterações) decorre, não só da importância histórica, mas também "das necessidades do Brasil". "Não são as necessidades institucionais, mas do País, pois somos instrumentos deste país", complementou.

Os ministros da Marinha e da Aeronáutica, Almirante Henrique Sabóia e Brigadeiro Moreira Lima, disseram desconhecer o novo texto constitucional prometido para libe-

ração no final da semana, enquanto o novo ministro do EMFA, brigadeiro Paulo Roberto Camarinho, deixou claro sua posição de defesa do texto antigo, da Constituição de 1967.

"As Forças Armadas — disse ele — devem continuar responsáveis pela manutenção da lei e da ordem e sob a responsabilidade única do comandante supremo, o presidente da República".

Nessa defesa incondicional de seu papel constitucional no que diz respeito à garantia da lei e da ordem, as Forças Armadas apresentaram um argumento, favorável à sua participação na defesa interna.

Segundo uma fonte militar no capítulo da reforma agrária, a imissão imediata da posse da terra, como está previsto no texto atual, dará margem a sérios distúrbios rurais, que, fatalmente, exigirão a interferência dos militares.

Ao dar essa informação, a fonte militar lembrou que até os ex-ministro Dante de Oliveira, "um ex-MR-8", e Marcos Freire defendiam a posse da terra, condicionada a seu preparo e cultivo. "Senão — argumentou o oficial —, o beneficiado vende o lote recebido e compra um apartamento na Vieira Souto, onde passará a viver de rendas."

Parlamentarista dá a luta por perdida

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Foi um enterro de primeira categoria." Assim o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), um dos coordenadores do movimento parlamentarista na Constituinte, definiu ontem as chances do parlamentarismo, depois de se reunir demoradamente com representantes das várias correntes parlamentaristas do PMDB e do PFL. Cid Carvalho afastou a possibilidade de qualquer entendimento em torno do assunto e admitiu que deverá votar a favor do presidencialismo na Comissão de Sistematização.

Ligado ao presidente José Sarney, o deputado maranhense classificou a reunião de "velório", onde aconteceu "uma discussão bizantina, com os turcos invadindo e nós discutindo o sexo dos anjos". Isto porque, explicou o parlamentarista, se discutiu o acessório e nada sobre o principal, ou seja, a data de implantação da nova forma de governo, como ele será implementado e a duração do mandato do presidente José Sarney.

Com isso, explicou o deputado Cid Carvalho, foram esvaziadas as negociações com o presidente da República, para que ele concorde com a adoção do novo sistema. Cid Carvalho acrescentou ainda que dificilmente serão realizadas novas tentativas de entendimento em torno do assunto, porque não existe uma fórmula aceita por todas as correntes parlamentaristas.

Irritada com as declarações e previsões do deputado Cid Carvalho, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) pediu que elas fossem "retificadas" perante a imprensa, o que ele tentou fazer, ouvindo em resposta que não poderiam ser ignoradas, sob pena de se informar incorretamente a opinião pública. Cid Carvalho ainda ponderou que a divulgação da sua opinião sobre a reunião poderia indispor-lo com os demais parlamentaristas.

MUDANÇA JÁ

Ao final da reunião, foi divulgado o documento afirmando que a implantação do sistema parlamentarista deve ocorrer no atual governo e que a futura eleição presidencial, bem como a dos membros do novo Congresso, "deverão refletir fielmente o novo modelo de governo, já então definitivamente instaurado no País". O documento defende um período de transição para a implantação do sistema parlamentarista, através das disposições transitórias, de forma a assegurar o ajuste necessário das instituições ao novo sistema de governo, que, na sua plenitude, deverá ficar definido no corpo permanente da Constituição.

Preconiza também como "indispensável uma linha de entendimento que gere a participação e o apoio imprescindível do presidente da República, dos partidos políticos e da sociedade". O documento será encaminhado ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, para ser entregue também ao presidente José Sarney.

Parlamento S/A

JOÃO MELLÃO NETO

O parlamentarismo, a princípio, é o sistema de governo mais adequado à índole dos políticos e às necessidades da sociedade. É como se o povo, cansado de tantas crises, houvesse, um dia, criado uma fórmula para domesticar seus políticos e viver em paz. O método é simples: de tantos em tantos anos, os cidadãos vão às urnas para eleger algumas centenas de profissionais que serão regamente remunerados para que, entre quatro paredes e de forma inofensiva, possam dedicar-se às suas principais vocações: intrigas, conspirações, golpes de Estado, quedas de ministério e revoluções. Para tanto, não há necessidade de greves, barricadas ou convulsões sociais. As tropas podem permanecer nos quartéis, os operários nas fábricas e as crianças nas escolas. Como no caso do futebol, cabe à imprensa o papel de manter os aficionados informados sobre tudo o que se passa.

Daria certo em um país como o Brasil? É caso de se pensar. Parlamentarismo requer um certo profissionalismo, coisa rara nessa nação onde ricos herdeiros se proclamam socialistas, empresários reivindicam aumentos nos salários, líderes trabalhistas se manifestam contra greves, parlamentares governistas fazem discurs-

so de oposição e comunistas vivem queixando-se ao bispo. Não é fácil saber quem é quem, o que dificulta a formação de partidos sérios e inviabiliza gabinetes com um mínimo de eficiência.

Talvez em função do aviltamento sofrido pelo Poder Legislativo nos últimos anos, a verdade é que o Congresso Nacional, como se apresenta hoje, é uma espécie de curva de rio: todo o lixo do mundo acaba encostando ali. Excetuando-se uma minoria de homens sérios e competentes, o mais que se vê é uma verdadeira salada russa. De um lado, há os liberais, aqueles que pensam sem agir; de outros, os extremistas, aqueles que agem sem pensar. Convivem os idealistas, que não são capazes de nada, como os arrivistas, que são capazes de tudo. Há também grande contingente de fisiológicos, vereadores que subiram de turma; lobistas, verdadeiros despachantes de luxo; playboys, ricos rapazes cujas famílias acharam conveniente mantê-los longe dos seus negócios e, por fim, meia dúzia de fanáticos, enfadonhos indivíduos que não querem mudar de idéia e não sabem mudar de assunto.

Com tal tripulação, a decolagem do parlamentarismo será, sem dúvida, problemática. Se no atual sistema, o presidencialismo tibio, os se-

nhores deputados só faltam nomear a primeira dama, imagine-se o que ocorrerá quando for liberado o parlamentarismo explícito. A Junta Comercial assumirá as atribuições da Justiça Eleitoral, o Grupo Sérgio administrará o rodízio de ministros e os gabinetes terão a longevidade de duplicatas, descontáveis a cada 30 ou 60 dias.

Se para os nossos constituintes a implantação do parlamentarismo é tão indispensável, seria prudente que, em contrapartida, nos oferecessem uma única salvaguarda: a convocação de eleições gerais logo após a entrada em vigor da nova Constituição. Com o novo status adquirido pelo Parlamento, é possível que numerosas pessoas de talento, que até o presente relutaram em participar do jogo rasteiro da política, venham a deixar de lado suas carreiras bem-sucedidas em outras áreas e proponham-se a disputar um cargo eletivo.

Se as eleições não ocorrerem, o parlamentarismo já nascerá comprometido e condenado ao fracasso. É preferível um exército de ovelhas comandado por um lobo do que um exército de lobos comandado por uma ovelha.

João Mellão Neto é jornalista e secretário municipal de Administração



Moreira Lima

Para Moreira, espaço político é de políticos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, não está preocupado com uma desmilitarização do processo político brasileiro. Para ele, esse fato seria absolutamente normal. "A influência que os militares tiveram nos governos anteriores foi reflexo do vácuo de poder deixado pelos políticos. Com o surgimento de lideranças civis e o aparecimento do trabalho efetivo dos políticos, essa ocupação de espaço passou a ser efetivamente exercida por quem de direito, pela categoria que tem esse poder", avaliou o ministro.

O brigadeiro Moreira Lima considera que a classe militar não deve opinar sobre a questão do parlamentarismo, "uma decisão exclusiva do setor político". Para ele, o parlamentarismo "é o mais aprimorado dos sistemas de uma democracia liberal e representativa". Mas acha que a aceitação desse sistema no Brasil é um problema que cabe aos políticos decidir. Os militares só poderiam participar "sob a forma de troca de idéias", como as conversas mantidas pelo próprio brigadeiro, em várias oportunidades, com o presidente José Sarney.

Os problemas brasileiros, acredita Moreira Lima, ainda são tratados de forma "muito passional", mas elogiou o grau de relacionamento existente entre militares e políticos. Para ele, o ministro do Exército não pressionou a Constituinte. "O general Leônidas apenas manifestou preocupação com a força de segmentos minoritários dentro da Constituinte", frisou, lembrando ser "importante que todos os segmentos da sociedade sejam ouvidos, inclusive o segmento militar".

Embora favoráveis ao presidencialismo, as Forças Armadas aceitaram o parlamentarismo mitigado, informou ontem uma fonte militar. Mas nem todos os militares estão satisfeitos com o substitutivo de Bernardo Cabral.